IV ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA DO CAMPO DE PÚBLICAS
IV ENEPCP
EVENTO VIRTUAL
01 A 03 SETEMBRO
2021

SESSÃO TEMÁTICA Nº 01 - DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO ENSINO E EXTENSÃO NO CAMPO DE PÚBLICAS

Universidade e Políticas Públicas: uma proposta metodológica ante o diagnóstico dos desafios relacionados à prática extensionista no Campo de Públicas

Evandro Coggo Cristofoletti/Universidade Estadual de Campinas
Denis dos Santos Alves / Universidade Estadual de Campinas
Thais Aparecida Dibbern/Universidade Estadual de Campinas
Milena Pavan Serafim/Universidade Estadual de Campinas

Resumo

O estudo em tela tem por objetivo mapear a interação entre a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), o setor público e as políticas públicas através das ações e práticas de extensão universitária, contribuindo com uma avaliação institucional acerca da contribuição social da Universidade Pública no setor público e nas políticas públicas. Em síntese, a seguinte pergunta motiva o estudo: como a Unicamp, através da extensão universitária, realiza parcerias com o setor público e participa de políticas públicas? Para alcançar tal norte, utilizamos das discussões e "pilares estruturais" relativos à extensão universitária para criar um arcabouço metodológico e conceitual. A partir de tal estruturação, a pesquisa encontra-se em desenvolvimento com uma metodologia composta por cinco etapas: (a) construção de um debate bibliográfico interdisciplinar; (b) investigação histórica acerca da formação e institucionalização da extensão no âmbito da Unicamp; (c) construção de uma proposta metodológica para identificar e sistematizar as práticas extensionistas que estimulam a interação entre Universidade, setor público e as políticas públicas; (d) uso da técnica de *survey* junto aos docentes da Unicamp; (e) análise dos levantamentos de dados. Essas interações foram classificadas em seis tipos, bem como por área/linhas de extensão, com base em Forproex (2007). O estudo possui abordagem quali-quantitativa, baseada em pesquisa bibliográfica, documental e levantamento de dados primários. Considerando o atual estágio da pesquisa, pretende-se apresentar a proposta metodológica mencionada, assim como alguns resultados parciais, principalmente derivados da aplicação do survey junto aos docentes da Unicamp.

Palavras-chave: Extensão Universitária; Políticas Públicas; Unicamp; Setor Público.

INTRODUÇÃO

O objetivo do artigo consiste em analisar a relação entre a Unicamp, o setor público e as políticas públicas através da extensão universitária. Em outras palavras, objetiva-se dissertar sobre como a Unicamp vem empreendendo sua interação com o Poder Público, sobretudo através de uma de suas funções acadêmicas, a extensão universitária. Nesse caminho, o artigo levanta também desafios de ordem metodológica, visto a necessidade e os desafios empíricos de identificação e mapeamento desta interação. Dessa forma, o estudo visa responder duas perguntas fundamentais: "Como a Unicamp está interagindo com o Poder Público e com as políticas públicas através de uma de suas funções acadêmicas, a extensão universitária?". E, metodologicamente, "de que forma é possível identificar e mensurar as interações entre academia e setor público?".

O artigo representa um recorte de uma pesquisa mais ampla (em andamento), desenvolvida junto ao Observatório Institucional da Unicamp e financiada pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC/Unicamp), tendo como objetivo compreender a atuação da Unicamp, considerando suas práticas extensionistas e de pesquisa em parceria, no campo das políticas públicas, tendo em vista as interlocuções entre universidade, setor público e sociedade civil. Esta pesquisa mais ampla considera as seguintes questões: i. de que forma a Unicamp participa dos arranjos que envolvem a relação entre universidade, governo e sociedade civil?; ii. como a extensão universitária contribui no processo de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas?; iii. qual o impacto das práticas de extensão da Unicamp no âmbito das políticas públicas?; iv. como essas interações contribuem/contribuíram para o desenvolvimento da extensão universitária na Unicamp?; como a comunidade acadêmica participa deste processo?; vi. de que forma se dá a participação de servidores públicos (municipais, estaduais, federais) nas ações da extensão universitária? Evidentemente, o artigo não almeja responder todas estas perguntas, mas construir um panorama inicial e exploratório com base no processo metodológico em andamento e em alguns resultados parciais da pesquisa empírica.

À vista disso, metodologicamente, mobilizou-se o arcabouço teórico da extensão universitária para, além de trazer discussões pertinentes relacionadas à relação entre universidade e políticas públicas, desenhar uma proposta metodológica útil à identificação e mapeamento das interações entre universidade e setor público. A partir daí, tal proposta, aplicada no contexto da Unicamp, permitiu o levantamento e categorização de dados iniciais, de cunho geral, que permitem levantar questões pertinentes sobre o tema (relação universidade e setor público).

O artigo se estrutura da seguinte forma: o primeiro item será dedicado ao debate sobre extensão universitária, com foco nas elaborações e discussões relacionadas à interação universidade e políticas públicas. No segundo item, relatar-se-á uma proposta metodológica

desenvolvida no âmbito do projeto de pesquisa citado. Por fim, antes das considerações finais, o artigo traz um relato da aplicação desta proposta no contexto da Unicamp, com destaque a alguns resultados parciais de um questionário aplicado à comunidade docente.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

O estudo leva em conta, do ponto de vista teórico e metodológico, as discussões conceituais sobre a extensão universitária no Brasil. Parte-se da constatação de que, historicamente, a extensão universitária vem enfrentando relativa dificuldade de institucionalização se comparada ao ensino e a pesquisa, principalmente no que se refere ao seu financiamento, políticas institucionais, processos de avaliação e valorização acadêmica (DINIZ, 2012; FORPROEX, 2007; BOTOMÉ, 1996; SOUZA, 2010; MELO NETO, 2002; KOCHANN, 2017; SGUISSARDI, 2019; DIBBERN et. al., 2018; BATISTA; KERBAUY, 2018; MORA et. al., 2018; REIS, 1996). Além disso, outro ponto de partida do estudo refere-se à diversidade e heterogeneidade das práticas de extensão que, muitas vezes, não são acompanhadas de um desenvolvimento conceitual e teórico satisfatório, apesar dos significativos avanços realizados neste sentido (CRISTOFOLETTI; SERAFIM, 2020). Nesse sentido, argumenta-se que o debate extensionista sobre a relação entre universidade e políticas públicas também possui lacunas conceituais e empíricas, ainda que a interação entre academia e o Poder Público muitas vezes seja encaixada no prisma da ‘prestação de serviços’.

A trajetória dos debates contemporâneos sobre extensão universitária pode ser ligada ao processo de redemocratização ocorrido no Brasil no final da década de 1980. Para citar aspectos importantes, a extensão foi incluída no rol de funções acadêmicas na Constituição de 1988, além das menções na Lei de Diretrizes Base da Educação (1996) e nos Planos Nacionais de Educação (2001 e 2014). Outro ponto marcante, nesse sentido, refere-se à criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX) em 1987, considerado como um dos principais atores extensionistas em âmbito nacional (DINIZ, 2012).

A organização, ao longo do tempo, dedicou-se à elaboração conceitual (definição de extensão), à discussão do financiamento, política, institucionalização e avaliação da extensão. O Fórum esteve envolvido, por exemplo, na elaboração do Plano Nacional de Extensão (1999) e da Política Nacional de Extensão (2012), bem como publicou estudos como a “Avaliação Nacional da Extensão (2001)”, “Institucionalização da Extensão nas Universidades Públicas Brasileiras: estudo comparativo 1993/2004” (2005), e “Extensão Universitária: organização e sistematização” (2007). Definiu-se extensão como “o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a

Universidade e a Sociedade" (2007, p. 17); tal definição deveria, na elaboração da entidade, estar integrada a alguns princípios, como diálogo e da troca de conhecimento (ou seja, a extensão seria uma "via de mão dupla" entre universidade e sociedade); interdisciplinaridade; extensão como algo processual e não pontual e fragmentado - para mais, ver Reis (1999); integrada ao ensino e a pesquisa; e, preferencialmente, executada através de programas, projetos e ações diversificadas.

Não é nosso intuito, neste artigo, dissertar ou trazer o debate conceitual acerca da extensão. Toma-se como ponto de partida a ideia de que a extensão é uma função acadêmica que propicia a interação (não sem conflitos e problemas) entre universidade e diversos segmentos sociais (junto a diversos problemas sociais) nos âmbitos comunitários/locais, regionais, nacionais e internacionais. As universidades se relacionam de diversas formas com seu contexto e a extensão, nesse sentido, constituiu-se como uma função acadêmica desenhada para abarcar diversas formas e práticas de interação. Nesse sentido, verifica-se que um dos segmentos sociais relevantes à interação é o próprio Poder Público. Além do mais, a produção de conhecimento e a *expertise* acadêmica muitas vezes conectam-se aos processos relativos à formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. Identifica-se, assim, lacunas na literatura extensionista quanto à interação debatida no artigo - ainda que alguns estudos possam ser mencionados, como Pereira (2013), Nogueira (2017) e Oliveira et al (2010).

Voltando aos documentos elaborados pelo Forproex, a relação entre extensão universitária, governo e políticas públicas vem ganhando destaque. Considerando a Política Nacional de Extensão (2012), constata-se diversas menções a esta relação, como por exemplo (FORPROEX, 2012, p. 23):

> a transformação da Extensão Universitária em um instrumento efetivo de mudança da Universidade e da sociedade, em direção à justiça social e ao aprofundamento da democracia, caminha pari passu com o enfrentamento desses desafios e a busca das novas oportunidades que se descortinam no contexto internacional e na realidade brasileira. Desafios a serem confrontados e oportunidades a serem aproveitadas por meio de políticas públicas. A efetividade destas, por sua vez, depende fortemente do que a Universidade Pública, em geral, e a Extensão Universitária, em especial, podem oferecer aos governos e à sociedade (...) Não é preciso repetir aqui a importância da Extensão no cumprimento dessa missão da Universidade Pública.

Assim, a Política Nacional de Extensão (2012) dá ênfase ao papel da extensão universitária à participação das universidades nas políticas públicas, pontuando a importância da extensão na transformação social. Ademais, de forma direta, um dos objetivos da política seria "Criar condições para a participação da Universidade na elaboração das políticas públicas (...) bem como para que ela se constitua como organismo legítimo para acompanhar e avaliar a implantação das mesmas" (p. 10). A extensão universitária, assim, poderia ser um canal de

conexão entre o conhecimento acadêmico e as políticas públicas, permitindo à universidade gerar impactos sociais - o documento frisa, no entanto, o respeito à autonomia universitária, aspecto que pode gerar relações conflituosas entre academia e Estado, visto que ambos possuem dinâmicas e interesses diferentes (SILVA, 2012).

Além do mais, seguindo a ideia de que a troca de conhecimento permitiria gerar subsídios cognitivos importantes à pesquisa e ao ensino, a Política Nacional de Extensão também ressalta a importância, para a universidade, da participação em políticas públicas. Assim, (2012, p. 43):

> A importância da articulação da Universidade Pública, em geral, e da Extensão Universitária, em particular, com as políticas públicas vai além da contribuição indireta das atividades extensionistas na produção do conhecimento e na formação de profissionais qualificados para a formulação, implementação e avaliação das políticas públicas (...) Essa articulação constitui-se em iniciativa importante para o fortalecimento da própria Extensão Universitária. Os efeitos positivos da articulação da Extensão Universitária com as políticas públicas podem advir, em primeiro lugar, de uma contribuição direta dos atores acadêmicos, por meio de suas ações extensionistas, na formulação, implementação e avaliação dessas políticas, especialmente as sociais, favorecendo, assim, o próprio fortalecimento das ações de extensão a elas vinculadas, em termos de financiamento, cobertura, eficiência e efetividade (...) A Universidade não pode substituir as responsabilidades do Estado na garantia dos direitos de cidadania ou na provisão de bens públicos, mas, sim, somar-se aos seus esforços e subsidiá-lo, de forma crítica e autônoma, no desempenho dessas atribuições

Por fim, elegeu-se áreas prioritárias para a atuação da extensão: preservação e sustentabilidade do meio ambiente; ampliação da oferta e melhoria da qualidade da educação básica; formação de mão-de-obra, qualificação para o trabalho, reorientação profissional e capacitação de gestores públicos; melhoria da saúde e da qualidade de vida da população brasileira; melhoria do atendimento à criança, ao adolescente e ao idoso; melhoria do programa nacional de educação nas áreas da reforma agrária; fortalecimento das ações de democratização da ciência; promoção do desenvolvimento cultural, em especial a produção e preservação de bens simbólicos e o ensino das artes; ampliação. Ainda que a política mencionada tenha cunho normativo, do ponto de vista analítico, ela dá pistas à necessidade de se identificar e analisar como as universidades, efetivamente, relacionam-se com o setor público.

No contexto da Universidade Estadual de Campinas, sabe-se que a universidade se engaja a uma gama diversa de interações com o setor público e as políticas públicas, ainda que os estudos empíricos e mais abrangentes sobre a temática sejam baixos. Em uma análise preliminar, destaca-se interações que perpassam por eventos, cursos/treinamentos, projetos de extensão e pesquisa, consultorias, convênios, prestação de serviços, bem como atua diretamente na oferta de serviços públicos (como na área da saúde, por exemplo).

Além do mais, cabe frisar que a extensão universitária é uma função acadêmica institucionalizada na Unicamp (CRISTOFOLETTI, 2017; SEBINELLI, 2004; TORO DE SÁNCHEZ, 1996). Assim, a extensão consta no Estatuto da universidade, bem como há a obrigatoriedade da existência da figura do Coordenador de Extensão nas unidades da universidade. Destaca-se, também, a criação da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários em 1986 (hoje chamada de Pró Reitoria de Extensão e Cultura), abarcando uma série de órgãos e projetos extensionistas subjacentes (como na área da cultura e do esporte, da extensão comunitária e cooperativas tecnológicas populares, da interação com a empresa/inovação, dentre outros). Outros elementos importantes: percebe-se alguns mecanismos de financiamento à extensão, bem como a adesão da Unicamp ao Forproex e a outros circuitos que discutem extensão, como a participação na 'La Asociación de Universidades Grupo Montevideo' (AUGM).

Historicamente, bom ressaltar, a extensão universitária na Unicamp foi projetada, originalmente, de forma a se alinhar à ideia de prestação de serviços e de formação técnica e científica, sobretudo direcionada a atores como Estado e empresa (SEBINELLI, 2004; CRISTOFOLETTI, 2017; CASTILHO, 2008) - ainda que, ao longo do tempo, essas concepções foram se diversificando através das diversas atividades comunitárias e culturais. Com efeito, diversas iniciativas de interação podem ser identificadas no âmbito de cursos de extensão, eventos, pesquisas em parceria, prestação de serviços e oferta de serviços públicos (no caso do Hospital Universitário).

Em suma, com base no trabalho de sistematização e avaliação realizado pelo Forproex, bem como considerando a trajetória institucional da extensão na Unicamp, elaborou-se um instrumento metodológico de identificação e mapeamento da relação entre universidade e Poder Público.

IDENTIFICAÇÃO E MAPEAMENTO DA RELAÇÃO DA RELAÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E PODER PÚBLICO

O ferramental metodológico, com vistas ao alcance do objetivo geral do estudo em andamento que possui abordagem quali-quantitativa, edifica-se em atividades de pesquisa bibliográfica, documental e levantamento de dados primários. A partir disso, o escopo do instrumento metodológico de identificação e mapeamento da relação entre universidade e Poder Público é dividido em quatro etapas. Apesar do uso "etapas" não se busca exprimir uma linearidade e, de antemão, aponta-se que as duas primeiras etapas possibilitam o seus, respectivos, desenvolvimentos de forma transversal e concomitante, sendo inclusive etapas de contextualização e de subsídio à etapa analítica. Em relação a terceira etapa é válido apontar que

é o momento considerado de maior relevância em toda a pesquisa, enquanto etapa de captação de dados primários e secundários. Por último, a quarta etapa visa realizar um esforço de procedimentos analíticos. Dada essa breve introdução, nas linhas que se seguem discorre-se sobre tais etapas de forma detalhada.

A primeira etapa se constitui em uma discussão teórico-conceitual que de sobremaneira busca inflamar o debate sobre o papel da universidade diante de seu contexto, trazendo à reflexão sua atuação junto ao poder público e às políticas públicas. Encaminhando-se na diretriz de revisão desenrolada na seção anterior desta proposição, pretende-se mover alguns referenciais oriundos do debate mais amplo acerca do compromisso social da universidade pública, assim como das questões em relação à extensão universitária e políticas públicas. Nesta temática, o presente artigo não anseia progredir ao encontro destes referenciais porque julga-se que, em certo nível, as ferramentas de coleta e sistematização de dados também comportam o uso de outras abordagens. Todavia, o estudo presume juntamente um conjunto de mais questões, tais como: a discussão com relação a autonomia universitária dentro da relação entre a comunidade científica e governo (SILVA, 2012; KOHTAMÄKI; BALBACHEVSKY, 2019; OLSEN, 2007; INCROCCI; ANDRADE, 2018). Destaca-se, nessa perspectiva, o desenvolvimento de Silva (2012) que buscou modelizar as pautas e inclinações da ciência vs. a pauta e inclinações do governo. Em último exemplo de possibilidades, poder-se-ia trazer a discussão sobre a importância da pesquisa aplicada/em parcerias, em especial na área dos convênios de pesquisa (Sakashita et al., 2019).

A segunda etapa compreende uma investigação histórica da Instituição de Ensino Superior (IES) em foco. A complexidade dos caminhos de construção institucional é inquestionável. No âmbito das universidades, normalmente, são grandes instituições com uma diversidade de ações de ensino, pesquisa e extensão; sendo inerente a esses espaços uma complexidade interna acerca do arranjo de suas áreas do conhecimento (faculdades, departamentos, grupos de pesquisa, etc.), estrutura institucional e organizacional, bem como da inserção em determinados contextos e regiões (Cristofoletti e Serafim, 2020; Pinheiro e Young, 2017). Em vista disso, essa etapa coloca em destaque e relevância os elementos históricos, contextuais e organizacionais relacionados à interação entre universidade e setor público. Para tanto, indica-se o uso de fontes documentais variadas (tais como reportagens, relatos, dentre outros), inclusive produções acadêmicas que realizam a historicização e caracterização da IES em foco.

A terceira etapa do método, aqui exposto, é a de identificação e categorização. Essa etapa constituída em um processo de identificação e categorização nomeou-se, com o objetivo de simplificação, de mapeamento da interação entre universidade e setor público. Em termos de recorte temporal, indica-se usar um período de curto a médio prazo (dada a quantidade de dados).

Em exemplo, no estudo desenvolvido no âmbito da Unicamp, delimitou-se o período de 2006-2020. Essa etapa requer a exposição de alguns pressupostos que a sustentam. Dessa forma, o primeiro deles é a *forma de organização e sistematização da extensão universitária desenvolvida pelo Forproex (2007)* utilizada para identificação/levantamento de dados e categorização. A Tabela 1 apresenta as categorias utilizadas e dispostas dentro de três elementos – áreas e linhas de extensão; ações de extensão; pesquisa. Dentre esses, o elemento "Pesquisa" foi incluído, bem como dentro de "Ações de Extensão" o item "Participação em conselhos municipais e estaduais". Destarte, exprimindo uma diversidade de interações possíveis entre a universidade e o poder público, através das ações de extensão em uma série de áreas do conhecimento e temáticas.

TABELA 1–CATEGORIZAÇÃO DAS PRÁTICAS DE INTERAÇÃO IDENTIFICADAS

Áreas e linhas de extensão	
Áreas do conhecimento	1. Ciências Exatas e da Terra; 2. Ciências Biológicas; 3. Engenharia / Tecnologia; 4. Ciências da Saúde; 5. Ciências Agrárias; 6. Ciências Sociais; 7. Ciências Humanas; 8. Lingüística, Letras e Artes
Áreas Temáticas	1. Comunicação; 2. Cultura; 3. Direitos humanos e Justiça; 4. Educação; 5. Meio Ambiente; 6. Saúde; 7. Tecnologia e Produção; 8. Trabalho
Ações de extensão	
Programa	"Conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão (cursos, eventos, prestação de serviços), preferencialmente integrando as ações de extensão, pesquisa e ensino. Tem caráter orgânico-institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo" (p. 35)
Projeto	"Ação processual e contínua de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado" (p. 35)
Curso	"Ação pedagógica, de caráter teórico e/ou prático, presencial ou a distância, planejada e organizada de modo sistemático, com carga horária mínima de 8 horas e critérios de avaliação definidos" (p. 36)
Evento	"Ação que implica na apresentação e/ou exibição pública, livre ou com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela Universidade" (p. 38).
Prestação de Serviço	"Realização de trabalho oferecido pela Instituição de Educação Superior ou contratado por terceiros (comunidade, empresa, órgão público, etc.); a prestação de serviços se caracteriza por intangibilidade, inseparabilidade processo/produto e não resulta na posse de um bem" (p. 39)
Participação em conselhos municipais/estaduais	Consideramos também a participação de docentes em conselhos participativos e deliberativos, tendo em vista as contribuições que essas atuações podem gerar no âmbito das políticas públicas.
Pesquisa	
Pesquisas/convênios	Considerar-se-á as pesquisas aplicadas e os convênios de pesquisa realizados entre a Unicamp e o setor público.

Fonte: Adaptado de Forproex (2007).

A Figura 2, por sua vez, demonstra as adaptações conceituais realizadas para melhor operacionalização no esforço de obtenção de dados primários. Em especial, na aplicação de *survey* /questionários e realização de entrevistas. Essas adaptações conceituais abrangem também a inclusão de novos elementos, tais como a participação em conselhos participativos e deliberativos, comitês técnicos e científicos (com ressalva a Capes/CNPq).

FIGURA 1 – DEFINIÇÕES OPERACIONAIS DE PESQUISA

Evento pontual

Apresentação de conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico a público específico, mas demandada ou com forte atuação/participação do poder público (Participação em reuniões e/ou palestras).

Pesquisa aplicada

Desenvolvimento de pesquisa em parceria/interação com o poder público.

Projeto de extensão

Desenvolvimento de projetos de extensão com participação direta do poder público.

Prestação de Serviço (assessoria ou consultoria) /Parecer técnico

Realização de parecer/trabalho técnico e prestação de serviços (área de prestação de serviços e assessoria/consultoria técnica) com envolvimento ou para o setor público.

Representação e/ou Participação em conselhos participativos e deliberativos e comitês técnicos e científicos (exceto Capes/CNPq)

Participação de servidores em conselhos participativos e deliberativos, tendo em vista as contribuições que essas atuações podem gerar no âmbito das políticas públicas

Participação direta – Comissionado e Afastamento para cargo eletivo

Servidor cedido para atuar diretamente no poder público.

Fonte: Elaboração própria (2021).

Enquanto última etapa, temos a realização de procedimentos analíticos com base nos dados obtidos. No olhar qualitativo, é possível deslocar os elementos das etapas 1 e 2 como referenciais teóricos - assim como o próprio debate sobre extensão universitária e compromisso social, que sustentaram a presente proposta. Em exemplo, podemos citar o uso das nove dimensões metodológicas e analíticas da extensão universitária, construídas por Cristofoletti e Serafim (2020), em vista da aplicação da pesquisa no âmbito da Unicamp. Essas dimensões metodológicas correspondem à um amplo conjunto de elementos, extraídos da literatura extensionista que possibilitam destrinchar, debater e analisar práticas extensionistas com base nos atores envolvidos, nos objetivos da interação, no processo de troca de conhecimento, nas estratégias de legitimação da interação, no debate dos eventuais impactos da extensão e nos aspectos contextuais envolvidos.

Por fim, é prudente apresentar as limitações e avisos sobre o desenho metodológico apresentado. O primeiro deles diz respeito a tendência do ferramental na coleta e sistematização de dados gerais e amplos, por conseguinte, existe um grau de dificuldade em debates qualitativos direcionados para interações específicas. Nessa perspectiva, o ferramental pode ser usado para selecionar extraordinariamente práticas de maior relevância na interação universidade-setor público. O segundo relaciona-se às dificuldades operacionais sobre o número de dados que permite gerar, limitações no alcance a documentos e fontes de dados – mesmo que isto figure um desafio operacional rotineiro no âmbito da pesquisa, a proposta também lida com os desafios de adesão da docência em procedimentos, como a aplicação de *Survey*. A terceira e última limitação diz respeito ao direcionamento à comunidade acadêmica, isto é, o ferramental ser constituído para tal público-alvo; não privilegiando, dessa forma, a apreensão da interação a partir de membros do setor público.

A RELAÇÃO ENTRE UNICAMP E PODER PÚBLICO

É válido, iniciar esta seção, retomando o fato desta proposta desenvolver-se com a parceria do Observatório Institucional da Unicamp e o fomento financeiro da Pró-reitoria de Extensão e Cultura da Universidade (PROEC/Unicamp). Dado o exposto, nesta seção iremos discorrer um relato da aplicação desta proposta no contexto da Unicamp, com destaque a alguns resultados parciais de um questionário aplicado à comunidade docente. Em tal, realizou-se atividades de pesquisa bibliográfica, documental, levantamento e sistematização de dados primários, com o intuito de, em ato contínuo, realizar um empenho analítico direcionado a construção do debate sobre a interação entre Unicamp e poder público. Até o momento (julho de 2021), a pesquisa encontra-se voltada para coleta de dados primárias e secundárias (Etapa 3). Em

relação às etapas 1 e 2, conforme exposto na seção anterior, as etapas 1 e 2 possibilitam seu desenvolvimento transversal e concomitante, destarte está ocorrendo.

A primeira etapa se constitui na revisão bibliográfica em uma perspectiva direcionada a tornar pleno o entendimento envolto no papel da extensão enquanto indissociável da pesquisa e ensino. Em termos metodológicos, essa etapa está sendo realizada com base na consulta às literaturas e documentos disponíveis em plataformas de pesquisas acadêmicas, como o Portal de Periódicos da Capes, Scielo, Google Scholar, Web of Science, além dos documentos gerados pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (Forproex).

A segunda etapa compreende a investigação histórica em matéria de formação e institucionalização da extensão nos limites da Universidade Estadual de Campinas, focando em práticas e iniciativas que geram e/ou geraram a interação entre a Universidade, o setor público e os demais atores da sociedade civil. Em relação às fontes utilizadas para tal feito, além de literatura bibliográfica que historiciza a formação e desenvolvimento da universidade e de suas funções acadêmicas (com destaque à extensão), buscou-se por literaturas e documentos que tratam especificamente em relação à Unicamp, atribuindo especial destaque às plataformas que a própria Universidade publiciza, como: i. Sites dos Institutos e Faculdades da Unicamp; ii. Sistema de Arquivos da Unicamp (SIARQ); iii. Sites e documentos dos Órgãos da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Unicamp (PROEC); iv. Projetos aprovados em editais da PROEC (Projetos de Extensão Comunitária - PEC) e do Ministério da Educação (Programa de Extensão Universitária - PROEXT); v. Catálogos dos cursos da Escola de Extensão da Unicamp (EXTECAMP); vi. Banco de dados da RTV - Jornal da Unicamp.

A terceira etapa, compartilhando das mesmas fontes da segunda etapa, visa a identificação e categorização das práticas extensionistas que promovem a interação entre Universidade, setor público e políticas públicas. Embasada em Bardin (2004), a categorização aconteceu em duas etapas – a primeira delas, seria um "inventário" das interações, isto é, um levantamento e isolamento das práticas extensionistas; em ato contínuo, a segunda compreende a categorização que, em outras palavras, é a distribuição dos elementos isolados em uma organização categorial/temática e frequencial. Dessa forma, se fez uso das categorias construídas por Forproex (2007), adaptando-as às especificidades do objeto de estudo, conforme apresentamos na seção anterior.

Embasado no levantamento e sistematização, alcançamos um resultado na forma quanti-qualitativa, que será manuseado em uma série de procedimentos analíticos seguindo as discussões teóricas propostas, configurando-se na última etapa da pesquisa (a ser realizada). Em específico, analisar-se-á os impactos da extensão e da pesquisa no âmbito das políticas públicas e dos arranjos

entre universidade, governo e sociedade civil; e, no caminho inverso, debater como este processo de interação repercute no meio acadêmico.

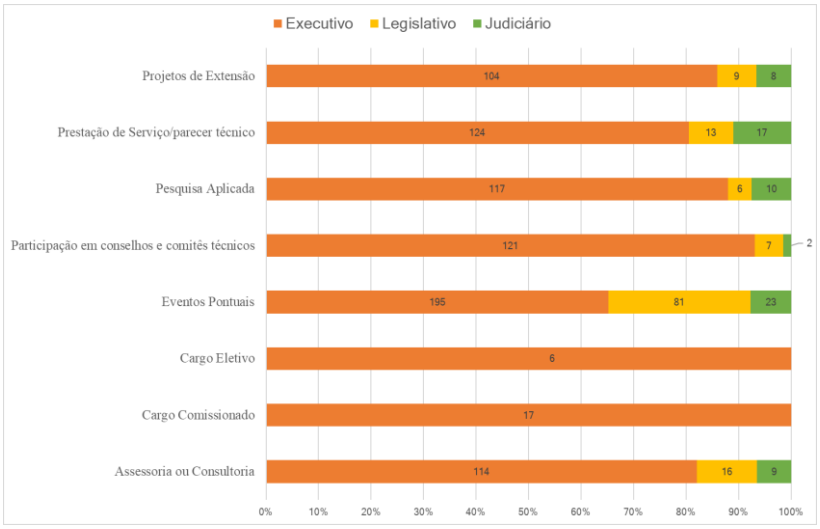
A título de exemplificação prática da apreensão que se está buscando com a metodologia apresentada, alguns resultados obtidos até o momento com a elaboração e aplicação de um questionário direcionado aos docentes da Unicamp serão apresentados nas linhas a seguir. Esse instrumento objetivou o mapeamento da interação desses atores do cenário acadêmico com o setor público – identificando por área do conhecimento, tipo de interação, incorporação às atividades acadêmicas de frutos dessas interações e opinião da comunidade acadêmica sobre o compromisso social da universidade perante o poder público e as políticas públicas; dessa forma, possibilitando algumas formas de interlocução de dados.

Mas, antes da exposição, algumas informações sobre a aplicação podem ser proveitosas: (i) Meio de aplicação: e-mail institucional, via Observatório Institucional da Unicamp; (ii) Período de aplicação: entre 04 de março a 23 de abril de 2021 (total de 50 dias); (iii) Público-alvo (destinatários do envio): 2.343 docentes da Unicamp (inclui-se nesse número os professores e pesquisadores colaboradores); (iv) Forma de Adesão: A adesão ao questionário ocorreu sem nenhuma identificação pessoal, nem rastreabilidade de e-mail; de forma voluntária (assim como sua permanência, ou seja, podendo desistir a qualquer momento, sem qualquer prejuízo); (v) Respostas completas: 420 (18% do público-alvo com representação de todas as 24 unidades de ensino e pesquisa e colégios técnicos). Retomando a exposição, um extenso número de gráficos foram frutos da interlocução dos dados, dentre eles os gráficos 1 e 2.

Esses gráficos apresentam cruzamentos entre as interações realizadas e o nível de governo e poder, evidenciando as relações de proporcionalidade dentro de cada tipo de interação e as quantidades absolutas.

O primeiro gráfico apresenta que o Poder Executivo é o poder com o maior número de interações. Em termos absolutos numéricos, os eventos pontuais somam ao todo 299 respostas, sendo 195 realizadas no âmbito do Executivo, 81 no Legislativo e 23 no Judiciário; em termos proporcionais, temos 8% de interações com o Judiciário, 27% de interações com o Legislativo e 65% de interações com Executivo. Enquanto nos outros tipos de interação os poderes Legislativo e Judiciário juntos não chegam a 20%. Sendo assim, é visível que os eventos pontuais foram o tipo de interação de destaque justamente nesse tipo de interação é possível identificar um comportamento diferente no Poder Legislativo. Em relação ao Judiciário, é possível distinguir a interação intitulada “Prestação de Serviço/parecer técnico”, em termos proporcionais, apresenta um número maior que o do legislativo.

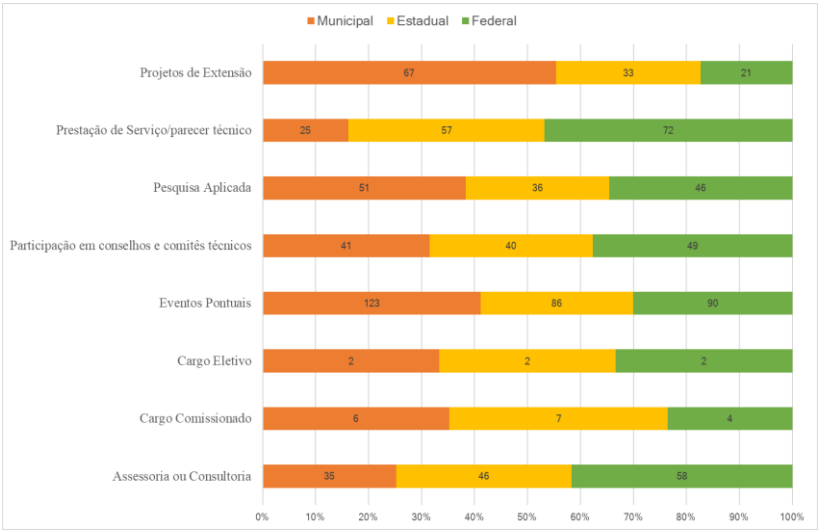
GRÁFICO 1 – INTERAÇÕES POR PODER (DOCENTES)



Fonte: Elaboração própria (2021).

O gráfico 2 apresenta números absolutos muito próximos da igualdade por nível de governo – a saber, 350 interações no nível municipal, 307 no nível estadual e 342 no âmbito federal. Dessa forma, é possível elencar interações de destaque por nível de governo, em termos proporcionais. No nível municipal, se destaca as interações "Projetos de Extensão", "Eventos Pontuais"; no âmbito estadual; sutilmente distingue-se as interações "Cargo Comissionado"; e, por fim, no âmbito federal, as interações "Prestação de Serviço/parecer técnico" e "Assessoria ou Consultoria".

GRÁFICO 2 – INTERAÇÕES POR NÍVEL DE PODER (DOCENTES)



Fonte: Elaboração própria (2021).

As coletas realizadas nas etapas 2 e 3 estão em processamento e análise, seguindo a categorização apontada na seção anterior do presente artigo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizando este artigo, algumas considerações finais são necessárias. O presente artigo expõe um conjunto de mecanismos metodológicos que permitem a apreensão das interações entre universidade e poder público. Sendo quatro etapas (podendo se desdobrar em cinco, considerando a aplicação do *survey*) que formam um desenho metodológico que facilmente demonstra sua adaptabilidade de aplicação e abordagem em outras instituições e sua completude, apesar das limitações, no processo de mapeamento, sistematização e análise das interações que se busca apreender.

Em termos práticos, se buscou apresentar alguns resultados iniciais sobretudo coletados com a aplicação do *survey*/questionário com a comunidade docente da Unicamp demonstrando que as interações entre Unicamp e Poder Público, no âmbito dos docentes, ocorreram principalmente com o Poder Executivo; apesar da proximidade nos números do nível de governo, é possível afirmar que existe uma tendência em maior grau nas interações com o nível municipal, seguido pelo federal e estadual.

Por fim, demonstrando a unicidade da proposta em tela visando, para além de seus objetivos internos de pesquisa, contribuir enquanto um meio de compreensão da realidade para gestores públicos e pesquisadores do campo de públicas – diagnosticando a 'situação' das interações extensionistas da Universidade com as Políticas Públicas e o setor público em termos quantitativos e qualitativos – dando insumos para debates sobre questões, tais como a citada nas seções iniciais sobre o 'compromisso social da universidade'. Destarte, sendo seus resultados um ponto de partida para as discussões sobre os desafios relacionados à prática extensionista no Campo de Públicas.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. Análise de conteúdo.4. ed. Lisboa: Editora 70, 2004. 223 p.

BATISTA, Z.N.; KERBAUY, M.T.M. A gênese da Extensão Universitária brasileira no contexto de formação do Ensino Superior. Revista Ibero-americana de Estudos em Educação, v. 13, n. 3, p. 916-930, 2018.

BOTOMÉ, S.P. Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão universitária. 1996.

CASTILHO, Fausto; SOARES, Alexandre Guimarães Tadeu (org.). O conceito de Universidade no Projeto da Unicamp. Campinas: Editora Unicamp, 2008.

CRISTOFOLETTI, E.C.; SERAFIM, M.P. Dimensões Metodológicas e Analíticas da Extensão Universitária. Educação e Realidade [online], v. 45, n. 1, p. 1-20, 2020.

DIBBERN, T.A.; CRISTOFOLETTI, E.C.; SERAFIM, M.P. Educação em direitos humanos: um panorama do compromisso social da universidade pública. Educação em Revista, v. 34, 2018.

DINIZ, F.P. A extensão universitária como instrumento de política pública.Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

FORPROEX. Avaliação Nacional da Extensão. Brasília: MEC/SESu; UFPR; UESC, 2001.

FORPROEX. Extensão Universitária: organização e sistematização. 2007.

FORPROEX. Institucionalização da Extensão nas Universidades Públicas Brasileiras: estudo comparativo 1993/2004. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2005. (Coleção Extensão Universitária v. 5).

FORPROEX. Plano Nacional de Extensão Universitária. 1999.

FORPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária. 2012. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>. Acesso em 15 jan. 2021.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Avaliação Nacional da Extensão universitária. Brasília:MEC/SESu; Paraná: UFPR; Ilhéus: UESC, 2001. (Coleção Extensão Universitária v. 3).

INCROCCI, L.M.M.C.; ANDRADE, T.H.N. O fortalecimento da extensão no campo científico: uma análise dos editais ProExt/MEC. Sociedade e Estado, v. 33, n. 1, p. 187-212, 2018.

KOHTAMÄKI, V.; BALBACHEVSKY, E. An explorative study of the consequences of university autonomy in Finland and Brazil. Higher Education Quarterly, v. 73, n. 3, p. 328-342, 2019.

MELO NETO, J.F. Extensão universitária: bases ontológicas. Extensão universitária: diálogos populares, p. 13, 2002.

MORA, J. G., SERRA, M. A., & VIEIRA, M. J. (2018). Social engagement in Latin American universities. Higher Education Policy, 31(4), 513-534.

OLIVEIRA, A.L.; SILVA, L.E.; ESTEVES, L.A. O papel social da Universidade e o desenvolvimento regional a partir da análise da atuação da UFPR no Litoral Paranaense. Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 41, 2017.

OLIVEIRA, F.; GOULART, P.M. Fases e faces da extensão universitária: rotas e concepções. Revista Ciência em Extensão, v. 11, n. 3, p. 8-27, 2015.

OLSEN, Johan P. The institutional dynamics of the European university. In: University dynamics and European integration. Springer, Dordrecht, 2007. p. 25-54.

PINHEIRO, R., & YOUNG, M. (2017). The university as an adaptive resilient organization: A complex systems perspective. In Theory and method in higher education research. Emerald Publishing Limited.

REIS, Renato Hilários dos. Histórico, Tipologias e Proposições sobre a ExtensãoUniversitária no Brasil. Linhas Críticas, v. 2, n. 2, p. 41-47, 1996.

SAKASHITA, C.N. Campos, A.S.; Sandoval, S.A.M.; Greco, L.F. Convênios como mecanismo de relacionamento entre universidade e sociedade no Brasil: o caso da Universidade Estadual de Campinas. Educação & Sociedade, v. 40, 2019.

SEBINELLI, Rosa Maria Martins Gobbi. Política de extensão universitária: o debate nacional e a experiência da universidade estadual de campinas. 2004. Dissertação(Mestrado) - FE/Unicamp, Campinas, 2004.

SGUISSARDI, Valdemar. As missões da Universidade, entre as quais a extensão universitária ou a terceira missão, em face dos desafios da mercadização/mercantilização. Teoria e Prática da Educação, v. 22, n. 3, p. 38-56, 2019.

SILVA, R.B. Um instrumental metodológico para a análise da relação universidade-governo nos países de capitalismo periférico. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), v. 17, n. 2, p. 405-432, 2012.

SOUZA, A.L.L. A história da extensão universitária. Campinas: Alínea Editora, 2010.